A OBRIGATORIEDADE DE NOTIFICAÇÃO DE ESTUPRO: PROTEÇÃO DA MULHER OU VIOLAÇÃO DA SUA AUTONOMIA?

Victória Fernandes Perri (IC) e Flávia Siqueira Cambraia (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

O desenvolvimento do crime de estupro no Brasil carrega consigo uma contradição, vez que, do lado do direito material, o Estado acabou reconhecendo que o bem jurídico tutelado, antes considerado público, da família, da coletividade e dos bons costumes, trata-se, na verdade, de um direito (privado) individual da vítima; em contrapartida, no que se refere à ação penal houve uma paulatina desconsideração dos interesses da vítima, já que antes ela era considerada privada, passou a ser pública condicionada e, agora, pública incondicionada. Em suma, o Estado individualizou o bem jurídico, mas publicizou a ação penal. Diante disso, questiona-se a legitimidade da Lei nº 13.718, que tornou pública incondicionada a ação penal do crime de estupro, assim como a Lei nº 13.931/2019, que aborda a notificação compulsória desse crime. Recorreu-se, portanto, a proposta de abordar a relação paradoxal entre alguns conceitos decorrentes da teoria do bem jurídico, como autonomia, autodeterminação informacional, consentimento, sigilo médico, e a atuação paternalista do Estado. Questionando se, do ponto de vista moral, as ações estatais violam ou não a autonomia da mulher vítima de estupro. Para tanto, procede-se à metodologia dedutiva. Concluiu-se que a notificação é ilegítima por afetar o bem jurídico da autodeterminação informacional, que é de titularidade da mulher, representando uma forma de *paternalismo rígido*.

Palavras-chave: notificação compulsória, autonomia, autodeterminação informacional, paternalismo.

ABSTRACT

The evolution of the rape crime is considered valid for the public, since the material of violation of the State is considered as on the side of the legal interest, family and the right of the individual, considered as a good individual. On the other hand, with regard to criminal action, there was a return to making the right of action public. In short, the State individualized the legal interest, however, publicized the criminal action. Therefore, it is questioned about the legitimized Law No. 13,718, which becomes the action of the crime of conditional public violation, and Law No. 13,931/2019, which addresses the compulsory notification of this crime.

Therefore, the proposal was made to address the paradoxical relationship between some concepts arising from the theory of legal interest, such as autonomy, informational self-determination, consent, medical confidentiality, and the paternalistic role of the State. Questioning whether, from a moral point of view, state actions violate or not the autonomy of women who are victims of rape. For that, we proceed to the deductive methodology. It is concluded that, a notification of the legal good of informational self-determination, which is also under the protection of women, that it is also difficult to consider the immorality of the State's conduct, considering its paternalistic content.

Keywords: compulsory notification, autonomy, informational self-determination, paternalism.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa a investigar a legitimidade da obrigatoriedade da notificação de crimes de estupro instituída pelo ordenamento jurídico brasileiro. A partir de uma análise acerca da evolução do crime de estupro no Brasil, é possível notar um desencontro entre o tratamento de questões referentes ao bem jurídico e à ação penal relativas a esse crime, de modo que o alvo de proteção, ora vítima, acaba não sendo protegido, mas sim subordinado, ainda que contra a sua vontade, ao exaustivo processo penal.

As principais mudanças legislativas recentes sobre o estupro explicitam o foco do problema aqui analisado: do ano de 2003 a 2020 foram criadas políticas públicas e leis protetivas relacionadas à violência contra a mulher, tendo como destaque as leis nº 10.778/2003 e nº 13.718/2018 – que serão tratadas e analisadas individualmente, com o intento de investigar se o Estado pode de fato impor um dever de notificação em casos de estupro.

Dessa forma, essa pesquisa terá como desígnio responder à seguinte pergunta: o Estado possui legitimidade para impor às mulheres a tutela penal em casos de estupro, principalmente por meio da imposição aos médicos de um dever de notificação às autoridades policiais? Sendo assim, o presente estudo oportunizará uma reflexão acerca do objetivo inerente a essas normas, considerando que podem refletir um viés paternalista que, conseqüentemente, motiva não só a violação do sigilo médico, mas também o possível constrangimento para que as mulheres, na prática, não exerçam seu direito ao aborto legal em casos de estupro.

Para responder a esse questionamento, no item 2.1 abordar-se-á a evolução da criminalização do estupro no Brasil, com enfoque no tratamento do legislador quanto ao direito material e processual. No item 2.2, realizar-se-á uma análise sobre o desrespeito à autodeterminação informacional, a atuação paternalista do Estado e a quebra de sigilo médico

decorrente da obrigatoriedade de notificação. Por fim, no item 2.3, refletir-se-á a respeito dos limites da interferência do Estado na autonomia individual, com enfoque nas noções de paternalismo e dupla vitimização, para, após, serem tecidas as conclusões (infra, 3).

O método utilizado no decorrer dessa pesquisa foi o dedutivo, ou seja, partiu-se de ideias gerais para explicar algo de um objeto individual (HENRIQUES, 2017, p. 36). Levando em consideração que o critério para a identificação das respostas do presente trabalho é valorativo, a análise é qualitativa. Assim, a resposta investigada a partir dos problemas expostos foi construída com base em textos e até em números (LOZADA, 2019, p. 25).

2 DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1 A PUBLICIZAÇÃO DA POLÍTICA CRIMINAL DE REPRESSÃO AO ESTUPRO NO BRASIL

Em 2019, foram registrados 66.123 casos de estupro nas delegacias de todo o país. Dentro do quadro geral, 85% das vítimas são mulheres; em 70% dos casos, a vítima é criança ou vulnerável; quase 84% dos estupradores são conhecidos das vítimas (CUACOSKI, 2020).

Tanto na esfera pública quanto na esfera privada a desigualdade de gênero se manifesta de formas distintas, assim como a discriminação e a violência de gênero que se apresentam diversamente conforme a classe social, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero de cada mulher (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Não há de se olvidar que, frente a tal cenário, a violência de gênero tornou-se um problema de segurança pública no Brasil. Tratando especificamente do estupro, faz-se necessário esclarecer que a relação existente é de poder; logo, não há que se falar em intimidade, desejo sexual e muito menos amor.

O ato do estupro coisifica a mulher, que muitas vezes acaba perdendo sua condição de humanidade para uma condição objetificada. Sendo assim, fica fácil entender por que a autonomia da mulher é facilmente transformada em heteronomia pelo Estado (BEAUVOIR, 2016, p. 55).

Diante desse contexto, analisar-se-á o tratamento concedido pelo Estado ao crime de estupro no Brasil, o qual passou por mudanças significativas, que se autoexplicam pelo fato de espelharem o cenário social correspondente às épocas. Essa análise propiciará um esclarecimento sobre o descompasso entre a evolução do tratamento legislativo quanto ao bem jurídico a ser tutelado no crime de estupro e a sua ação penal.

2.2 EVOLUÇÃO DO CRIME DE ESTUPRO NO BRASIL

A *priori*, faz-se necessário colocar em voga que, no crime de estupro, o bem jurídico¹ protegido é a liberdade sexual do indivíduo. No presente capítulo, explicitar-se-á como esse bem jurídico era considerado coletivo, e, após algumas mudanças de interpretação mais liberais do legislador, progrediu e passou a ser considerado individual, justamente por ser dotado de distributividade – ou seja, o bem jurídico é atribuído a cada indivíduo e não à sociedade. Em contrapartida, a legislação em relação à ação penal do crime de estupro não só regrediu como também foi para o sentido contrário, uma vez que passou de privada para pública condicionada à representação da vítima, e, finalmente, nos dias atuais, como pública incondicionada, conforme dispõe a Lei nº 13.718.

No que se refere à evolução dos crimes sexuais no Brasil é preciso destacar as Ordenações Filipinas de 1603,² que formaram a legislação aplicada ao país no período colonial. Antes mesmo de determinar a nomenclatura para o que hoje se entende como estupro, as Ordenações Filipinas, no Livro V, Título XVIII, denominado “Do que dorme por força com qualquer mulher, ou trava dela ou a leva por sua vontade”, punia com pena de morte o homem que, forçosamente, dormisse com qualquer mulher, incluindo a escrava e a mulher cujo trabalho era a prostituição (PIERANGELI, 2004, p. 109-110).

Posteriormente, o Código Criminal do Império de 1830³ tratou dos crimes sexuais no Título II, denominado “Dos crimes contra a segurança da honra”. Em contraposição às Ordenações Filipinas, o Código Criminal do Império previa a extinção da punibilidade dos crimes sexuais pelo casamento.

O Código Penal da República de 1890⁴ previu os delitos sexuais no Título VII, denominado “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e ultraje público ao pudor”. Em seu primeiro capítulo, denominou o estupro como violência carnal e previu, em seu artigo 268, a figura do estupro contra mulher honesta, virgem ou não, e de mulher pública ou prostituta. Novamente, é possível perceber como a honestidade estava intrínseca à figura da mulher; dessa forma, a figura do estupro se prestava a punir a ofensa à honra da mulher (PASCHOAL, 2014, p. 37-38). Esse aspecto foi criticado por Magalhães

¹ Esse conceito será explicitado no tópico 2.5.1.

² “3. E o homem, que induzir alguma mulher virgem, ou honesta, que não seja casada, per dadas, afagos, ou promettimentos, e a tirar e levar fora da casa de seu pai, mai, Tutor, Curador, senhor, ou outra pessoa, sob cuja governara” (PORTUGAL, 1870).

³ “Art. 222. Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta. Penas - de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida. Se a violentada fôr prostituta. Penas - de prisão por um mez a dous annos” (PORTUGAL, 1870).

⁴ “Art. 270. Tirar do lar domestico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viuva, attrahindo-a por seducção ou emboscada, ou obrigando-a por violencia, não se verificando a satisfação dos gosos genésicos. Pena - de prisão cellular por um a quatro annos” (PORTUGAL, 1870).

Noronha, que salientou que o crime de estupro não afetaria a honra, uma vez que a prostituta não a possuía. Inclusive, a pena cominada ao estupro de mulher honesta era de prisão de um a seis anos, enquanto para a mulher pública ou prostituta era de um mês a dois anos (NORONHA, 1954, p. 101).

Observa-se que, nessa época, o bem jurídico a ser protegido no crime de estupro – liberdade sexual – não era pauta de discussão para o legislador. O que se colocava em debate era a honra da vítima e de sua família.

Em 1940, o Brasil adotou o Código Penal ainda vigente, o qual previu os crimes sexuais no Título VI – intitulado como “Dos crimes contra os costumes”, que se preocupava com a forma como as pessoas deveriam se comportar sexualmente perante a sociedade do século XXI. A autora Lara Ingenfritz da Silva define: “o estereótipo costumes, empregado pela lei penal vigente, significa a ‘moral pública sexual’, que é, em última análise, o bem jurídico penalmente tutelado” (SILVA, 1985).

Os crimes contra os costumes eram, em regra, perseguidos mediante ação penal privada. Apesar de ter previsto penas mais altas, o código em questão deixou clara a sua inclinação para a ideia de culpa imputada à própria vítima: “nos crimes sexuais, nunca o homem é tão algoz que não possa ser, também, um pouco vítima, e a mulher nem sempre é a maior e única vítima dos seus pretendidos infortúnio sexuais”, além de ficar nítido como esse diploma legal se preocupou em tutelar a moralidade social por meio da proteção ao recato e não à *própria mulher*. (PIERANGELI, 2004, p. 119).

Em 1941, com o artigo 66 da Lei das Contravenções Penais,⁵ o médico passou a ter o *dever objetivo* de comunicar à autoridade competente, sobre crime de ação pública incondicionada, que teve conhecimento no exercício da medicina, sob pena de multa em caso de omissão.

A Lei nº 12.015/2009 alterou significativamente o Código Penal de 1940, consagrando como regra geral que o crime de estupro seria processado por meio de ação penal pública condicionada à representação da vítima. Além do mais, a partir da referida alteração, o título VI do Código Penal, que antes tinha como redação “Crimes contra os costumes”, passou a ser chamado de “Crimes contra a dignidade sexual”.

Para Greco, o foco da proteção já não era mais a forma como as pessoas deveriam se comportar sexualmente perante a sociedade do século XXI, mas sim a tutela da sua

⁵ “Art. 66. Deixar de comunicar à autoridade competente I – crime de ação pública, de que teve conhecimento no exercício de função pública, desde que a ação penal não dependa de representação II – crime de ação pública, de que teve conhecimento no exercício da medicina ou de outra profissão sanitária, desde que a ação penal não dependa de representação e a comunicação não exponha o cliente a procedimento criminal. Pena – multa” (BRASIL, 1941).

dignidade sexual. A dignidade sexual é uma das espécies do gênero dignidade da pessoa humana. Essa mudança não foi meramente terminológica, pois hoje, o homem e a mulher são sujeitos passivos dos delitos sexuais (GRECO, 2009).

De todas as alterações feitas até então, a desconstrução da proteção da moralidade foi uma das mais significativas, pois, como já visto, hoje o Direito Penal já tem traçado o bem a ser protegido, que se desnuda de padrões comportamentais e noção de moralidade, ao menos em teoria (ROXIN, 1999, p. 52-53).

Observa-se, no entanto, que há certa contradição em relação à publicização do crime de estupro, porque, em termos de bem jurídico, o tratamento dogmático do crime analisado foi sendo cada vez mais libertário. De 1603 a 1940, o que está sendo protegido é algo coletivo – família, moral e costumes. Porém, a partir de 2009, o Estado assume que a violação do bem jurídico não é mais coletiva, e sim individual, é um direito único da mulher/vítima. Por sua vez, no direito processual, a ação penal que antes era privada passou a ser integralmente pública.

E essa mudança se traduz em desprezar a vontade da mulher da faculdade de se submeter ou não a um processo penal – que poderá avolumar mais ainda o seu trauma. Dessa forma, o Estado invade a esfera privada da vítima e viola a sua autonomia⁶ ao expor suas informações sem que haja consentimento. Conforme expõe a autora Flávia Siqueira, ao impor valores externos ou obrigar alguém a viver de acordo com o que deseja é negar-lhe dignidade. (SIQUEIRA, 2019, p. 78).

2.3 O DEVER DE NOTIFICAÇÃO COMO POLÍTICA DE REPRESSÃO À PRÁTICA DE ESTUPRO

Em novembro de 2003 foi estabelecida, por meio da Lei nº 10.778/2003, a notificação compulsória nos casos de violência contra a mulher atendida em serviços públicos ou privados de saúde. Quase quinze anos depois, em setembro de 2018, a Lei nº 13.718 alterou o Código Penal para modificar a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual: se, antes, esses crimes eram processados por meio de ação penal de iniciativa pública condicionada à representação da vítima maior de dezoito anos, a nova lei passou a prever ação de iniciativa pública incondicionada para todos os casos, independentemente da idade da vítima, dispensando, portanto, a sua representação.

Por mais que tal lei de 2003 tenha permanecido em vigor sem nenhuma alteração, anos depois ela passou a ser pauta de algumas discussões decorrentes das problemáticas trazidas por ela e, em dezembro de 2019, foi alterada pela Lei nº 13.931/2019. Esta lei instituiu o *dever objetivo* dos profissionais da saúde de comunicar às autoridades policiais, no prazo

⁶ Esse conceito será explicado no tópico 2.5.1.

de 24 horas, qualquer indício ou confirmação de violência contra a mulher – mesmo quando não for a vontade da própria vítima. Em casos de prática de crimes contra a mulher (por exemplo, lesão corporal, ameaça, estupro etc.), dá-se ensejo à instauração de inquérito e propositura de ação penal contra o agressor.

A ação penal é o direito de provocar o Estado na sua função jurisdicional para a aplicação do direito penal objetivo em um caso concreto. Levando em conta a natureza do crime praticado, classifica-se a ação penal em duas espécies: ação penal pública e ação penal privada. A primeira subdivide-se em condicionada e incondicionada, mas, em regra, é incondicionada, hipótese em que fica dispensada a manifestação de vontade da vítima. Já na ação penal de iniciativa pública condicionada, o Ministério Público segue sendo titular da ação; no entanto, depende da representação do ofendido (ou, em alguns casos, da requisição do Ministro da Justiça) para instaurar a persecução penal (BRASIL, 1941, art. 257, I, e art. 24). (AVENA, 2021, p. 222).

A grande diferença, portanto, é que se a ação pública for condicionada, a *vontade* da vítima será determinante para a própria existência do inquérito e do processo em face do(s) autor(es) do fato. Isto porque, em determinados casos, o legislador entende que a atuação do Estado depende, de alguma forma, da vontade da vítima, o que se funda na ideia de que esse interesse da vítima pode ser tão relevante quanto o interesse do Estado em processar o autor do crime (AVENA, 2021, p. 243-245).

Aqui não há a pretensão de reduzir a importância da responsabilização criminal de autores de violência como plano para extirpação da violência contra as mulheres no Brasil. Porém, após a reflexão sobre as leis nº 10.778/2003, nº 13.718/2018, nº 13.931/2019, é possível colocar em xeque se o Estado está verdadeiramente se preocupando em proteger a mulher e se essa intervenção paternalista na esfera particular da mulher é de fato legítima, já que as mudanças legislativas apresentadas até então aparentam estar mais fundadas em um interesse coletivo de promoção da saúde pública do que pelo interesse particular da saúde individual da vítima.

2.4 PROCEDIMENTO DE JUSTIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ NOS CASOS PREVISTOS EM LEI

Apesar de a notificação compulsória já existir desde 2003, ela era restrita ao sistema de saúde, para dados estatísticos e vigilância epidemiológica. A partir da Lei nº 13.931/2019, o sistema de noticiar o crime de estupro foi alterado para a comunicação externa, o que significa que há uma obrigação externa com caráter de início de denúncia. Portanto, não cabe mais à mulher o direito de escolha, pois a sua autonomia foi obrigatoriamente suprimida frente

ao Estado, na justificativa de existir tamanha reprovação ao crime de estupro que o interesse público se sobrepõe ao da mulher.

Em agosto de 2020 foi estabelecida a Portaria nº 2.282, que dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS.

A nível administrativo, a Portaria nº 2.282 avolumou a burocracia para a realização do aborto legal, incluindo a obrigatoriedade do laudo de um anestesiológico (sendo que a anestesia é exceção, e não regra, em caso de aborto) e a de visualização do embrião através de ultrassonografia, o que poderia gerar mais sofrimento para uma pessoa que a princípio já está fragilizada (CFEMEA, 2021).

No que se refere à pertinência de uma atuação estatal nesses moldes, Maria Claudia Giroto do Couto (2016, p. 38) explica:

[...] a culpa, vergonha, dependência financeira, existência de laços afetivos com agressor, falta de credibilidade às denúncias, acesso dificultado às instâncias de ajuda, entre tantos outros- interagem entre si fazendo com que a mulher permaneça em uma relação abusiva.

Ante o exposto, percebe-se que, apesar de existir o artigo de Lei Federal - 128, II, do Código Penal – amparando o direito da gestante à interrupção de gravidez decorrente de estupro, independente de idade da vítima gestante ou do tempo de gestação, ainda existem operadores do direito oportunizando a dupla vitimização: violência por parte do estupro e violência por parte do Estado, que como figura abstrata é representado por seus entes, no caso, o Ministro de Estado da Saúde Interino que, com tal Portaria, dificulta a interrupção da gestação.

2.5 BEM JURÍDICO E AUTODETERMINAÇÃO INFORMACIONAL: O CONTROLE DA INFORMAÇÃO SOBRE O ESTUPRO A PARTIR DA LGPD

2.5.1 Teoria do bem jurídico e autonomia

Para entender o porquê é arbitrário o Estado impor a notificação compulsória, faz-se necessário uma concisa análise sobre a teoria do bem jurídico. De acordo com essa teoria, o bem jurídico pode ser compreendido como um dado essencial para a subsistência do ser humano e para garantir o espaço de liberdade coletivo, dentro de uma área constitucional. O bem jurídico como elemento essencial do ser humano precisa ter duas funções: atender às

liberdades do indivíduo ou criar espaço de exercício de liberdade do indivíduo no coletivo. A esfera do bem jurídico tem que estar conectada a um objeto material, ou seja, a integridade física está associada ao corpo físico assim como o patrimônio está associado ao dinheiro. (BADARO, 2018, p. 104).

Ao tratar de bens jurídicos individuais, é importante destacar que eles são imbuídos pela autonomia do titular. Isto significa que a qualidade vem com a titularidade. Melhor dizendo, um objeto, quando pertence a um indivíduo, deixa de ser apenas um objeto que qualquer um poderia ter acesso, pois existe o reconhecimento jurídico normativo de que esse objeto está em disposição – exercício da autonomia. Dessa forma, a vontade e o consentimento do titular são essenciais; uma vez que cabe a ele a faculdade de dispor sobre o objeto, com a ausência de vontade ou vício do consentimento, o bem jurídico volta a ser só uma coisa (SIQUEIRA, 2019, p. 82-89). Por fim, o bem jurídico tem de estar vinculado à Constituição, mas não se limita a meramente refletir valores que a Constituição consagra. Isto porque apenas valores fundamentais podem justificar a intervenção penal (GRECO, 2004, p. 89-100)

Até aqui foi possível perceber que existe um paradigma de intervenção estatal sobre o corpo e a vontade da mulher a partir da Lei nº 13.718, e, ao problematizar as consequências trazidas pela referida lei às mulheres, é crucial explicitar a ideia de autodeterminação da mulher em deliberar sobre uma possível ação penal e sobre a sua privacidade enquanto paciente, uma vez que a obrigatoriedade de notificação entra em conflito com a autonomia e a dignidade que a vítima deveria ter e com o dever de sigilo médico – que será abordado posteriormente.

A dignidade é um valor inerente à pessoa humana, protegido pela Constituição Federal em seu artigo 1º, III. Esse valor se funda na ideia da garantia de necessidades vitais que proporcionem uma existência digna. A autonomia e a liberdade geral de ação (artigo 5º, *caput*, CF) é componente indissociável do princípio da dignidade humana. Portanto, o direito à autonomia advém do direito fundamental à liberdade geral de ação, o qual, conforme explicita a autora Flávia Siqueira, faz parte do núcleo da dignidade de todo ser humano. É importante ressaltar que é por meio do exercício da autonomia – onde o titular é livre para tomar suas decisões – que o próprio sujeito pode proceder à hierarquização de seus bens jurídicos (SIQUEIRA, 2019, p. 75-76).

A princípio fica clara a necessidade de abordar, aqui, um conceito filosófico de autonomia, que para Kant é compreendido pela capacidade da vontade humana de se autodeterminar segundo uma legislação moral por ela mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou exógeno com uma influência subjugante (SENSEN, 2013, p. 4).

Para Dworkin (1976, p. 25), a autonomia é a soma da autenticidade – capacidade do indivíduo de pensar por si próprio, mesmo quando reconhecer as dificuldades de colocar suas ideias em prática, sendo capaz de agir com discernimento e autodeterminação

De certa forma, o indivíduo é soberano em relação ao seu corpo; sendo assim, é totalmente imoral que o Estado obrigue a determinadas condutas sem que haja consentimento⁷. À vista disso, afetar a autonomia do indivíduo, independente da justificativa e, é uma postura paternalista⁸ e imoral por parte do Estado (FEINBERG, 1986, p. 55). Sendo assim, há aqui duas problemáticas que serão debatidas ao longo do trabalho: a conduta paternalista, e, portanto, imoral, por parte do Estado para com a vítima ao desrespeitar sua autonomia; e a violação direta de uma das dimensões da autonomia, aqui abordada como autodeterminação informacional.

2.5.2 Autodeterminação informacional e sigilo médico

Reconhece-se, pois, para além de qualquer dúvida, que para fazer possível um completo entendimento sobre a notificação de estupro e suas consequências é indispensável a análise sobre o bem jurídico da autodeterminação informacional, disposta nos artigos 2º, inciso II, e 8º, *caput*, ambos da Lei Geral de Proteção de Dados, a qual trata sobre a escolha de um indivíduo em determinar e controlar a utilização de seus dados pessoais (BRASIL, 2018).

Em princípio, é preciso apontar que a proteção à intimidade e à vida privada se efetiva em nível internacional, com fulcro nos Sistemas de Proteção Global (ONU) e Regional (OEA) de proteção bem como em um nível nacional. Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948) elaborou a referida previsão de proteção à privacidade: “Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques”.

Sumariamente, a autodeterminação informacional é o poder que o titular dos dados possui de controlar e determinar o que está sendo feito com tais dados. De forma simples, o titular dos dados tem o poder de deliberar sobre o que será feito com eles, e, quando ele não puder decidir, terá o direito de saber o que e como será feito (SIQUEIRA; MARQUETI, 2021, p. 511-512).

⁷ Esse conceito será abordado com mais profundidade no tópico 2.5.2.

⁸ Esse conceito será melhor explicitado no tópico 2.6.

No Brasil, após grandes debates, a jurisprudência brasileira reconheceu a autodeterminação informativa como direito fundamental. Atualmente, a proteção de dados pessoais não é mais compreendida como um direito à propriedade, mas, sim, como um direito de personalidade. Isto porque o indivíduo que autodetermina seus dados pessoais está protegendo a natureza de um bem jurídico que se refere à sua própria personalidade. A informação pessoal de um indivíduo passou a ter uma proporção e um valor diferentes; esses dados isolados são mecanismos ativos que possuem valor em atividades empresariais, sociais, pessoais e até mesmo na criação de políticas públicas (LEONARDI, 2011, p. 67-68).

Informações como estado civil, número de cadastro de pessoa física, profissão, entre outros, são apenas informações gerais de um indivíduo que também possuem valor se tratadas para fins de pesquisa, embora se distingam da categoria especial de dados sensíveis. Os dados pertencentes a essa categoria especial estão expressos no artigo 5º, inciso II, da Lei Geral de Proteção de Dados. Alguns exemplos são: origem racial, convicção religiosa, saúde, vida sexual, dado genético, entre outros.

Para a doutrina, a definição desses dados seria “uma espécie de dados pessoais que compreendem uma tipologia diferente em razão de o seu conteúdo oferecer uma especial vulnerabilidade e discriminação” (BIONI, 2018, p. 84). Por serem dados que contemplam uma vulnerabilidade maior, o legislador foi feliz ao determinar limites ao seu tratamento (BIONI, 2018, p. 143-145).

Em seu artigo 5º, inciso XII, a Lei Geral de Proteção de dados expressa que o tratamento de dados pessoais somente será permitido se houver consentimento, manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada. Ademais, a mesma Lei complementa os limites de tratamento de dados, direcionando critérios específicos para os dados sensíveis, como dispõem o artigo 11 e seus incisos.

Em suma, para que o consentimento do titular de dados sensíveis seja válido é preciso se respeitar tanto limites objetivos, como o dever de esclarecimento por parte do médico, quanto subjetivos, como a capacidade de consentir e a liberdade na formação da vontade e no ato de decidir (SIQUEIRA; KASECKER, 2019, p. 79).

Como se pode observar, a autodeterminação informacional é um bem jurídico, logo, deve estar sujeita à autonomia do titular. O Estado, ao proteger um bem jurídico sob uma ótica subjetiva, acaba por não atingir esse objetivo de proteção porque o bem jurídico depende da autonomia. Dessa forma, a proteção da autodeterminação informacional só ocorre quando o Estado a protege, respeitando a vontade do titular.

2.5.3 SÍGILO MÉDICO

Em um caso de estupro, o objeto material da conduta é justamente o dado informando que a vítima sofreu o estupro. Aqui existe o seguinte paradoxo: se esse dado – por ser sensível – deve ser respeitado e tratado a partir dos seus limites, e se os profissionais da saúde, a partir do artigo 66 da Lei das Contravenções Penais, possuem um *dever objetivo* de comunicar às autoridades policiais sobre qualquer indício ou confirmação de violência contra a mulher, questiona-se: é legítimo, por parte do Estado, impor um dever aos profissionais da saúde de publicizarem um dado sensível sem o consentimento da paciente – no caso, vítima? De fato, o uso inadequado dessa informação, seja por notificação ou depoimento, faria com que o médico ou o responsável pelo caso incorresse nas proibições expressas nos seguintes dispositivos: artigo 11, § 4º, da Lei Geral de Proteção de Dados; artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal; artigo 207, do Código de Processo Penal; bem como artigos 154, 325 e 326, do Código Penal.

Ao tratar de dados da vítima de estupro, é preciso analisar a figura do sigilo médico, uma vez que este pode ser tanto um interesse individual (preservação da esfera privada) como um interesse supraindividual (interesse de saúde funcional).

Em princípio, precisa ficar claro que a principal pessoa protegida em relação à sua intimidade é o próprio paciente. Em seguida, o objeto do sigilo médico é o segredo, e, em uma posição majoritária, fica estabelecido como segredo quando um fato preenche três requisitos: ser um segredo, ou seja, o fato só é de conhecimento da vítima ou de pessoas muito próximas da vítima; vontade de manter em segredo, quando o emissário da informação deseja mantê-la em segredo; e, por fim, o interesse na manutenção do segredo, quando o portador do segredo deseja proteger essa informação (HILGENDORF, 2019, p.165).

A expressiva importância do sigilo médico se dá justamente pela confiança de uma pessoa, em um estado total de vulnerabilidade, para abrir sua intimidade para outro indivíduo completamente alheio à sua vida – *confidentes necessários*, por confiarem que após ter sofrido um trauma enorme ali será seu espaço seguro. Este instituto é matéria de ordem pública, inclusive, relevante ao ponto de ensejar tutela penal (FRANÇA, 2019, p. 145).

Sendo assim, é possível observar que, ao impor a obrigatoriedade de notificação, o Estado está criando um nicho de pessoas – no caso médicos – que podem violar o sigilo médico e romper com o direito de autodeterminação informacional, e, por consequência, expor a vítima a um processo penal mesmo sem a sua anuência. Logo, a notificação é por si só uma violação a esse bem jurídico.

2.6 PATERNALISMO SOB A ÓTICA DA TITULARIDADE DA AÇÃO PENAL E A DUPLA VITIMIZAÇÃO

É claro que a proteção do sigilo e dos dados informacionais não é absoluta, podendo ser relativizada em alguns casos. Resta investigar, contudo, quais são os fundamentos da imposição da notificação compulsória e se eles são capazes de legitimar uma violação dos direitos ao sigilo e à autodeterminação informacional da vítima de estupro. De fato, a partir da Lei nº 13.718, o Estado, sob o argumento de estar protegendo a vítima, está violando direitos dela. Essa conduta de privar a liberdade da vítima de dispor sobre seus próprios bens jurídicos, quando feita contra uma pessoa capaz, é uma atitude essencialmente paternalista. Ao tutelar os bens jurídicos de um indivíduo, o Estado o faz de forma subjetiva, ou seja, ele protege o direito dessa pessoa de dispor do seu bem, seja físico ou material, de acordo com a vontade do titular, respeitando a autonomia do indivíduo. Logo, o Estado, além de estar violando a autonomia e a autodeterminação informacional dessa pessoa, está também a instrumentalizando para atingir um fim que não é dela própria (GRECO; SIQUEIRA, 2017, p. 648-652).

Adentrando o conceito de paternalismo, elucida-se a etimologia desse termo, que remete ao significado de “pai”, figura do chefe patriarcal. A partir daí se torna fácil visualizar a figura do pai que protege, interfere nas escolhas, supre as necessidades, tutela os interesses e até mesmo direciona o filho vulnerável. Há aqui uma clara restrição da liberdade da pessoa, e, como ensina Archard, a essência do paternalismo é a usurpação da escolha de alguém, para seu próprio bem, feita por outra pessoa (ARCHARD, 1990, p. 36).

Tratando agora sobre o paternalismo jurídico-penal imposto pelo Estado de modo coercitivo, é evidente há a presunção por parte do Estado de que o indivíduo não pode gerir suas escolhas por si só, e por isso seria necessária a imposição de normas para garantir o seu bem-estar, ainda que contra a sua vontade.

2.6.1 Paternalismo rígido (hard) e moderado (soft)

A crítica ao paternalismo parte de uma dicotomia entre o paternalismo rígido (*hard*) e o moderado (*soft*), classificação consubstanciada na qualidade das pessoas atingidas pela restrição da liberdade e de quem se quer o bem. No entendimento doutrinário que se tem sobre o paternalismo moderado (*soft*), considera-se justificado o paternalismo quando a pessoa a ser atingida não está agindo de maneira voluntária e consciente ou quando for necessária uma intervenção temporária para verificar se, de fato, sua atuação é verdadeiramente livre. O exemplo clássico é a intervenção em casos de autolesões praticadas por crianças ou pessoa com sofrimento mental. Neste caso, o paternalismo se justifica

justamente por haver um sujeito incapaz que precisa ser protegido de suas próprias ações ou decisões.

Já no paternalismo rígido (*hard*), trata-se da proteção involuntária de sujeito plenamente capaz e consciente. A grande diferença entre essas duas classificações está no destinatário do comportamento paternalista. Nesta segunda classificação, o paternalismo se legitima mesmo na interferência sobre seres responsáveis. Um exemplo interessante é do adulto totalmente capaz e consciente, que opta por renunciar a todo o seu patrimônio, mesmo que isso signifique para ele uma vida de miséria. Nesse caso, seria legítimo, na visão do paternalista rígido, impedir tal procedimento para garantir o bem-estar de tal indivíduo (MARTINELLI, 2010).

Existem, ainda, três requisitos fundamentais do paternalismo, sendo eles: uma relação entre sujeito presumidamente incompetente e quem se julga mais preparado; o bem que se quer alcançar; e a restrição à liberdade (MARTINELLI, 2010). Em suma, o ato paternalista pressupõe necessariamente a consideração de que, em uma relação, há a parte que se julga mais preparada do que a outra para tomar uma decisão.

Percebe-se, portanto, que tal postura revela a forte repressão do Estado frente a autonomia da mulher, a autora Rigopoulou, traz forte críticas ao paternalismo fundado na ética normativa-individual, ou seja, o uso das leis como meio de restringir a liberdade individual. Para ele, leis paternalistas tendem a ignorar interesses individuais, impedindo o agente de se opor à medida protetiva (RIGOPOULOU, 2007, p. 346)

2.6.2 Efeito da vitimização secundária

Nesse contexto, ainda cabe a reflexão acerca do uso indiscriminado do direito penal. O autor Joel Feinberg (1975) dedicou grande parte de sua obra à determinação dos limites em que o Estado, com a justificativa de proteger as pessoas, encontra legitimidade para interferir na sua liberdade. Um dos eixos da obra de Feinberg é o princípio do dano (*harm principle*). Para ele, o Estado apenas tem legitimidade moral de interferir quando este ato for razoavelmente necessário para prevenir danos ou riscos às pessoas que não sejam o próprio sujeito da intervenção.

Mesmo que o legislador presuma o bem-estar, este é pautado pela consciência e pela vontade do indivíduo. Para Feinberg, apenas essa análise não basta, pois o interesse na liberdade de escolha do indivíduo vale muito mais. Ou seja, o Estado deve – ou pelo menos deveria – não somente dar ao sujeito o direito de escolher o que é melhor para ele, como também proteger esse direito de qualquer violação.

Após apresentar alguns sentidos para o conceito de vítima, Feinberg esclarece o que entende por “vitimização”. A vítima seria a pessoa que sofre uma lesão provocada por terceiros sem consentimento. Dessa forma, ninguém pode ser vítima do próprio comportamento prejudicial ou da conduta lesiva de outrem com seu consentimento válido (FIENBERG; GROSS, 1975, p. 230-239).

Em se tratando da notificação compulsória, a vítima não terá a oportunidade de avaliar e deliberar sobre as consequências lesivas do processo penal. E, a depender do caso concreto, a submissão da vítima ao exame de corpo de delito e ao processo penal pode ser tão constrangedora e humilhante quanto o próprio crime, fomentando ainda mais a vergonha e o trauma da vítima. Esse fenômeno é chamado de “vitimização secundária”. Por certo, ao realizar uma reflexão profunda sobre a origem da violência sexual contra a mulher e sobre as medidas criadas em virtude do crime de estupro, fica possível observar um desencontro entre o direito a ser tutelado (liberdade sexual) e a titularidade deste direito (que pertence à mulher). Afinal, com o intento de punir, o Estado está obrigando uma pessoa inocente e não suspeita a passar por essa questão dilemática. Isto ocorre propriamente devido ao fenômeno de “vitimização secundária” ou dupla vitimização (SOARES, 2020, p. 351-352).

A partir desse raciocínio, vê-se que o que está sendo preservado não é a intimidade e a autodeterminação da paciente/vítima – até porque a escolha, nesse caso, não é faculdade da vítima –, mas, sim, a persecução penal por segurança pública.

A exigência de que a vítima do estupro implique-se, retrospectivamente, na experiência. Para o tribunal, a vítima é a testemunha-chave de acusação: ao precisar dar provas do ato, é colocada como testemunha do mesmo. No entanto, ela está relatando a violação de sua própria condição de sujeito. Quando é chamada como testemunha de sua violação, o que lhe está sendo pedido é que ela repita esta experiência, o que não raramente gerará uma extrema angústia (VILHENA, 2001, p. 62-63).

Hugo Soares, em sua reflexão sobre a Resolução do CREMERJ n. 296/2019 – que, em seu art. 1º, também estabeleceu a obrigatoriedade de notificação de qualquer caso de estupro às autoridades competentes; trouxe a ideia de que, ao tornar um direito autônomo da vítima em um direito heterônomo do Estado, as consequências podem se expressar de três formas: [...] (1) manter-se eternamente vinculadas a uma terceira vida, produto mais contraditório de um estupro; (2) vivenciar (embora não na qualidade de réu) um processo penal orientado à reconstituição fática do seu trauma; ou (3) abdicar da sua boa saúde, submetendo-se a procedimentos médicos clandestinos.

Afinal, após a recepção da Lei n.º 13.718, houve uma vulneração da dignidade da mulher, pois, além de abrandar sua autonomia, acabou por violar seu direito à intimidade e ao

sigilo médico, o que, por consequência, desestimula a vítima pela busca ao atendimento de saúde (MPSP, 2020, p. 6-7). Ante o exposto, é necessário contestar a atuação paternalista do Estado que desconsidera a autonomia da mulher, uma vez que esse é um elemento inseparável do indivíduo.

O “próprio bem” de uma pessoa está analiticamente ligado ao conceito de seus interesses pessoais, mas esses interesses podem variar consideravelmente entre as pessoas, então não há concepção de ninguém a respeito de um bem pessoal que pode ser aplicada a todas as pessoas (FEINBERG, 1986, p. 57).

Portanto, é inconcebível que o Estado, por meio de suas ações, encontre espaço para desrespeitar a autonomia da vítima com a justificativa de promoção do seu bem-estar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, os indicadores de estupro no Brasil são preocupantes e é justamente por isso que tantas mudanças legislativas foram efetuadas no decorrer dos anos. Porque há – ou pelo menos deveria haver – uma preocupação no que tange à segurança pública, não apenas de mulheres já adultas, que de certa forma ainda carregam consigo um instinto de defesa e autoproteção, mas também com crianças incapazes de autoproteção.

Porém, no Brasil, um Estado democrático no qual o poder advém do povo, não é tolerável um olhar apático nem para os dados mostrados, tampouco com os mecanismos criados para combater o crime de estupro. Assim como se faz necessário o conhecimento da real situação que o país enfrenta em termos de violência contra a mulher, faz-se necessário também o esclarecimento de como as normas são criadas para impedir o crime e quais efeitos essas mudanças trarão para a sociedade.

Ao refletir sobre a Lei nº 13.931/2019, observou-se que o seu conteúdo tende a simplificar o fenômeno da violência contra a mulher, ao reduzir ao “medo” como único fator que a impede de dar ensejo à notícia do respectivo crime. A decisão da vítima em deliberar sobre dar continuidade à notícia de crime e passar por todo o processo penal, ou não, vai muito além do medo: ela pressupõe a prestação de vários serviços públicos para a mulher em situação de violência, que lhe permita o fortalecimento da autonomia e o exercício da cidadania. Se é a autodeterminação sexual um bem-jurídico individual, que, portanto, pertence ao *indivíduo*, e considerando-se também possíveis impactos da persecução penal na vida da vítima e sua consequente (re)vitimização, deveria caber somente à própria vítima definir se deseja se submeter ou não a esse procedimento.

É a partir desse ponto que surge o inconformismo em relação às alterações legislativas até aqui expostas, pois elas não podem se justificar apenas na investigação criminal do autor do crime, tampouco com a falsa ideia de preocupação e cuidado com a saúde de uma mulher vítima de estupro.

Como se não bastasse, com essas mudanças o Estado está instrumentalizando os bens jurídicos da mulher – pois, como já vislumbrado, o que legitima as intervenções médicas não é o dever legal, e muito menos o risco, mas sim o consentimento; assim como submeter à mulher a um processo legal descaracteriza a ideia de autonomia – tão somente para punir.

Enfim, a mulher, que foi violentada sexualmente e procura por um médico buscando discricionariedade e amparo emocional, ou que nem sequer buscou amparo médico, mas, devido à intervenção de terceiros acabou tendo seus dados sensíveis expostos, de acordo com a Lei nº 10.778/2003 e a Lei nº 13.718, obrigatoriamente reviverá quase que de forma imediata os momentos do fato criminoso que ela sofreu.

Sendo assim, constatou-se que é demasiadamente autoritário e paternalista submeter a mulher a um processo tão traumático a despeito da sua vontade. Dessa forma, deveria caber à vítima escolher se quer ou não se submeter a um processo em caso de estupro – ou seja, ação pública condicionada à representação da vítima. Ademais, como proposta alternativa, seria interessante modificar o artigo 103, do Código Penal, ampliando o prazo de decadência da representação em casos de estupro, tendo em vista que, 6 meses é tempo insuficiente para que a vítima de um trauma tão vigoroso se reestabeleça o suficiente para optar ou não por enfrentar o processo penal.

REFERÊNCIAS

ARCHARD, David. Paternalism defined. *Analysis*, Oxford, v. 50, n. 1, p. 36-42, 1990.

AVENA, Norberto. *Processo Penal*. 13. ed. São Paulo: GEN, 2021.

BADARÓ, Tatiana. Crimes de acumulação no direito penal ambiental: ofensividade e critérios de imputação. *In: Repensando a proteção do meio ambiente – 20 anos da Lei 9.605/98*. CARVALHO, Érika Mendes de; PRADO, Alessandra Mascarenhas (Orgs.). Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BIANCHINI, Alice; BAZZO, Mariana; CHAKIAN, Silvia. *Crimes contra mulheres*. 3. ed. rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2021.

BIONI, Bruno Ricardo. *Proteção de Dados Pessoais – A Função e os Limites do Consentimento*. Forense, 2018.

BRASIL. *Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941*. Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. *Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Brasília-DF, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 03 abr. 2022.

CFEMEA. *Mulheres e Resistência no Congresso Nacional. Balanço 1º semestre de 2021*. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/images/stories/Mulheres_e_Resistncia_no_Congresso_Nacional.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2022.

CNMP. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *Brasil ocupa o 7º lugar no ranking de assassinatos de mulheres no mundo*. CNMP, Secretaria de Comunicação Social, s/d. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/232-direitos-fundamentais/6556-brasil-ocupa-o-7-lugar-no-ranking-de-assassinatos-de-mulheres-no-mundo#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20estudo,quatro%20mil%20na%20%C3%BAltima%20d%C3%A9cada>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

COUTO, Maria Claudia Giroto do. *Lei Maria da Penha e princípio da subsidiariedade: diálogo entre um direito penal mínimo e as demandas de proteção contra a violência de gênero no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-18112016-163414/fr.php>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

CUACOSKI, Stéffany. *Cultura do estupro: 85% das vítimas no Brasil são mulheres e 70% dos casos envolvem crianças ou vulneráveis*. Humanista, 17 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2020/12/17/cultura-do-estupro-85-das-vitimas-no-brasil-sao-mulheres-e-70-dos-casos-envolvem-criancas-ou-vulneraveis/>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

DWORKIN, Gerald. *Autonomy and Behavior Control*. *The Hastings Center Report*, v. 6, n. 1, p. 23-28, fev. 1976. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3560358>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

FIENBERG, J.; GROSS, H. (orgs.) *Philosophy of Law*. Encino (EUA): Dieckenson Publisling. 1975.

GRECO, Luis. *Princípio da ofensividade e crimes de perigo abstrato – Uma introdução ao debate sobre o bem jurídico e as estruturas do delito*. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, a. 12, n. 49, jul./ago. 2004.

GRECO, Luís; SIQUEIRA, Flávia. *Promoção da saúde ou respeito à autonomia? Intervenção cirúrgica, exercício de direito e consentimento no direito penal médico*. *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Manuel da Costa Andrade – v. I*, Direito Penal. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra (Portugal): Sersilito-Empresa Gráfica, Lda, 2017.

GRECO, Rogério. *Código Penal Comentado*. 4. ed. Impetus. Rio de Janeiro, 2009.

HENRIQUES, Antonio Medeiros. *Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica*. 9. ed. São Paulo: GEN, 2017.

HILGENDORF, Eric. *Introdução ao direito penal da medicina*. Trad. Orlandino Gleizer. 1. ed. São Paulo: Marcial Pons, 2019.

LEONARDI, Marcel. *Tutela e privacidade na internet*. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOZADA, Gisele. *Metodologia Científica*. São Paulo: Grupo A, 2019.

MARTINELLI, João Paulo Orsini. *Paternalismo Jurídico-Penal*. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-27012011-113618/publico/TESE_versao_final.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

MPSP. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Nota Técnica*: alterações trazidas pela Lei n. 13.931/19 na Lei de notificação compulsória n. 10778/03 e a Portaria n. 2.282, de 27 de agosto de 2020 do Ministério da Saúde. Centro de Apoio Operacional Cível e Tutela Coletiva; Centro de Apoio Operacional Criminal – CAOCrim. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO%20Tutela/NTConjunta_NotificacaoCompulsoria.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

NORONHA, Edgard Magalhães. *Código Penal brasileiro comentado*. Orientação geral de Teodolindo Castiglione. v. 7. São Paulo: Saraiva, 1954.

PASCHOAL, Nohara. O estupro: uma perspectiva vitimológica. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-08082016-143856/publico/dissertacao_oestupro.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

PETERSEN, Natália. *Estupro: uma abordagem jurídico-feminista*. Belo Horizonte: Forum, 2021.

PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. 2. ed. 2. tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PORTUGAL. *Ordenações Filipinas (Ordenações e leis do Reino de Portugal)*. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870.

RIGOPOULOU, Maria. Traços paternalistas no direito penal da atualidade. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, v. 56, p. 346, 2007.

RODRIGUES, Mateus. *Brasil teve um estupro coletivo a cada 2 horas e meia, em 2016; número cresceu 124% em 5 anos*. G1, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/brasil-teve-um-estupro-coletivo-a-cada-2-horas-e-meia-em-2016-numero-cresceu-124-em-5-anos.ghtml>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

ROXIN, Claus. *Derecho penal: parte general: tomo I: fundamentos: la estructura de la teoria del delito*. Trad. Luzón-Pena, Diego-Mauel; García-Conlledo, Miguel Díaz; Remesal, Javier de Vicente. Madrid: Civitas, 1999.

SENSEN, Oliver. *Kant on moral autonomy*. Louisiana: Cambridge University Press, 2013.

SILVA, Iara Ingenfritz da. *Direito ou Punição?* Porto Alegre, 1985.

SIQUEIRA, Flávia. *Autonomia, consentimento e Direito penal na Medicina*. São Paulo: Marcial Pons, 2019.

SIQUEIRA, Flávia; KASECKER, Izabele. Consentimento informado, intervenções cirúrgicas e esterilização involuntária: reflexões a partir do caso I.V. vs. Bolívia. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 152, p. 65-86, 2019.

SIQUEIRA, Flávia; MARQUETI, Ítalo. Tutela penal do embrião in vitro excedentário e patrimônio genético: fundamentos e limites das proibições de uso em pesquisa e de descarte de embriões na Lei de Biossegurança. *RICP*, v. 6, n. 2, p. 482-520, 2021.

SIQUEIRA, Galdino. *Direito penal brasileiro - Parte especial*. 2. ed. Rio de Janeiro, Livraria Jacintho, 1932, v. II.

SOARES, Hugo. Estupro, dever de comunicação às autoridades e titularidade da ação penal: reflexões derivadas da Resolução do Cremerj nº 296/2019, que estabelece a notificação de estupros aos órgãos competentes investigativos em casos atendidos por médicos no Estado do Rio de Janeiro. *In: ESTELLITA, Heloisa; SIQUEIRA, Flávia (Org.). Direito Penal da Medicina*. São Paulo: Marcial Pons, p. 347-356, 2020.

VELOSO, França. G. *Direito Médico*. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

VILHENA, J. As raízes do silêncio. Sobre o estupro feminino. *Cadernos do Tempo Psicanalítico*, n. 33. Rio de Janeiro: SPID, 2001.

Contatos: vitoria.fp@hotmail.com e flavia.cambraia@mackenzie.br